

## ANÁLISE E SÍNTESE DA DEMOCRACIA NA IDADE MÉDIA E O NASCIMENTO DO ESTADO MODERNO<sup>1</sup>

*Analysis and Synthesis of the Middle Ages and the Birth of Modern State.*

Júlia Monfardini Menuci<sup>2</sup>

**SUMÁRIO:** Introdução. Perspectiva Histórica. Perspectiva Teórica. Conclusão. Referências.

**RESUMO:** O presente artigo foi elaborado com base da obra de Gilmar Antonio Bedin sobre A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno, uma vez que se trata de obra relevante nos estudos da história do nascimento do Estado como um todo e também na análise dos fragmentos que hoje em dia nos trouxeram a democracia. A Idade Média é um período longo e de transição que modificou a sociedade e a vivência da população por inúmeras vezes até a chegada da Modernidade. Esse período é detentor de todas as características que hoje em dia vemos na sociedade atual, tanto como forma a ser utilizada e também como meio de saber o que deve ser esquecido. Ademais, explorando vários pensadores que podem contribuir com o estudo, estão presentes Maquiavel, Bodin, Hobbes, Lefort e Toqueville de uma forma sucinta, mas com ligação a sua influência na atualidade, tratando de assuntos como democracia, Estado e poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idade Média. Sociedade. Modernidade. Igreja. Democracia.

**SUBJECT:** This article was prepared on the basis of the work of Gilmar Antonio Bedin on A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno, since it is relevant work in the study of history of the state of birth as a whole and also in the analysis of fragments today days brought us democracy. The Middle Ages is a long transition period that changed society and the experiences of the people numerous times until the arrival of Modernity. This period is holder of all the features that today we see in today's society, both as a means to be used and also as a means to know what should be forgotten. Moreover, exploring many thinkers who can contribute to the study, are present Machiavelli , Bodin , Hobbes , Lefort and Toqueville succinctly but with connection to its influence today, dealing with issues such as democracy, rule and power.

**KEY WORDS:** Middle Ages. Society. Modernity. Church. Democracy.

### INTRODUÇÃO

Ainda que a Idade Média seja um período longe da atualidade, seus elementos continuam presentes, isso porque esse período foi de extrema relevância na história da

---

<sup>1</sup> Artigo baseado na obra “A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno”, de Gilmar Antonio Bedin, 2013, entre outras obras.

<sup>2</sup> Bacharel em direito pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Santa Maria/RS, advogada, mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí/RS. E-mail: juliamenuci@hotmail.com.

sociedade e do Estado. A forma como vemos a sociedade hoje em dia nem sempre foi a mesma, a sociedade passou por tantas mudanças que cada uma delas ajudou a formar o que somos hoje. Na Antiguidade os povos não detinham alguns fatores que hoje temos como funcionamento correto, tais como a sociedade, a igreja, o comércio, o governo etc.

O papel do homem no mundo foi modificado desde seus primórdios, seu papel foi fundamental para que as relações intersociais resultassem no que existe hoje, os Estados, os Países e o globo como um todo. Foi fundamental que o sujeito mudasse sua concepção como indivíduo, reconhecendo que possui deveres e direitos. Ademais, a necessidade de proteção, abrigo e segurança leva o homem a juntar-se em aglomerados, criando relacionamentos dos mais variados, sejam laços familiares ou laços de hierarquia no que tange o labor.

A Idade Média elevou o ser humano não só em suas habilidades manuais, mas também em seu intelecto. Somente com a percepção de mundo diferenciada do que se tinha no passado é que foi possível organizar a sociedade de tal forma a criar a democracia. A partir das relações de poder foram construídos elementos cruciais para a vida na modernidade, como por exemplo, a estrutura atual de governo, a soberania, a aliança com outros Estados, a noção de justiça, a moral, entre outros elementos.

Por fim, é imperioso destacar que o livro que serviu de base para esse artigo, A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno, do autor Gilmar Antonio Bedin, entre as outras obras, esclarece de forma clara e objetiva, mas muito inteligente, como o passado está presente na atualidade. É possível observar a evolução humana intelectual e política a partir de um viés histórico. Não é atoa que a obra guiou a produção desse artigo, foi preciso analisar a Idade Média sobre uma ótica menos pendente para o historicismo e mais sobre a figura democrática e sobre o enfoque do direito.

## **PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Para que haja a compreensão de como o passado influenciou tanto o presente, é preciso inicialmente examinar as características da Idade Média, um dos pontos cruciais do período é sua duração de quase mil anos, ressalte que até mesmo historiadores não sabem precisar o ato principal do nascimento da Idade Média. É possível verificar que muito se divergem as opiniões sobre o nascimento e o termino do medievo, por exemplo, na visão de Hilário Franco Júnior o início da Idade Média pode ser no ano de 476, data da deposição do último imperador romano, também, no ano de 392 quando se

deu a oficialização do cristianismo, enfim, independente da data correta de seu início, esse período foi de tamanha importância para a humanidade.

A Idade Média deve ser compreendida como o lapso temporal entre o fim do Império Romano e o começo do Renascimento, mesmo sem precisar datas, Bedin (2013) coloca de forma muito inteligente que é importante localizar os momentos históricos para o pesquisador estudar a dinâmica desse momento. Esse foi um período de transição para a humanidade, muitas vezes sendo considerado negativo devido ao fato de que se encontra entre outros dois momentos da história, ou seja, entre a Idade Antiga e a Idade Moderna. Sendo assim, é tido como negativo para a história porque levou o homem ao obscurantismo e embrutecimento, onde o subdesenvolvimento imperava e as letras e as artes foram esquecidas.

Ainda que a Idade Média tenha muitos problemas, não se pode ignorar o fato de que ela foi importante para a história e que trouxe algum avanço para a humanidade. Vale lembrar que foi o medievo o berço da Europa entre outros aspectos do mundo moderno, confirmando a tese de que mesmo com pontos negativos do período, ele ainda levou a humanidade e evolução. Ademais, a história por si só é compreendida entre períodos de transição, sendo assim, pode-se considerar a Idade Média um grande lapso de transição para a Modernidade.

Outra característica da Idade Média é o ruralismo, isto é, o homem liga-se ao campo e a vida passa a ocorrer nesse local, a economia fica reduzida aos atos na vida rural, esquecendo-se dos centros urbanos, esse cenário rural resultou em alguns acontecimentos, como o colapso do Império Romano do Ocidente, o deslocamento da população de várias regiões pela invasão dos povos bárbaros, e afastamento da comunicação e do comércio na área do Mediterrâneo.

Esses acontecimentos resultaram em uma transformação da economia na época, sendo ela basicamente de subsistência, ou seja, produzir somente o que for ser consumido em regime familiar, sem excedentes. Bedin (2013) destaca que tal período sofreu da chamada escassez endêmica, isto é, a baixa produtividade na área rural e artesanal e poucos bens de consumo, resultando no atraso da economia monetária. Sob tais aspectos, a Idade Média foi denominada de Idade das Trevas, uma vez que a ruralização da sociedade e a paralisação da economia geraram pouco avanço para a humanidade.

A partir do que foi exposto, conclui-se que o ponto positivo do período foi a ligação do homem com a terra, adquirindo a condição de vassalo, a propriedade de terra

ganha o *status* de feudo e o dono da terra é chamado de senhor feudal. Criam-se assim laços entre vassalo e senhor feudal, ambos devem cuidar da terra e possuem obrigações entre si, sendo assim, as relações entre a população dizem respeito a terra e as formas rurais de sociabilidade, base da sociedade medieval.

Nesse sentido, o domínio da igreja naquele período era muito presente e também condicionava a sociedade. Com a queda do Império Romano a igreja passou a ser a única instituição com capacidade de continuar o legado da organização política das sociedades germânicas. Durante a falta do império a igreja assumiu seu lugar e, após seu ressurgimento, é reconhecida como religião oficial. É fácil concluir que se a igreja era a única instituição que o homem tinha naquele momento, por óbvio ela ditou regras e plantou suas características na vida da população daquele tempo.

Uma vez que o homem somente tinha esse trajeto cultural a seguir, a igreja passou a ser o órgão mais importante da vida no medievo, sua organização era forte e contava com inúmeros membros. Seu poder era comparável a o de um império, e alcançou-se prerrogativas importantes para virar monopólio. A população sofreu a clerificação quantitativamente, visto que existiam muitos seguidores do movimento, e qualitativamente porque o clero era diferente dos demais grupos existentes na sociedade, possuindo privilégios e poder político-econômico.

No século XIII o papa e a igreja em si detinham todo o poder de comandar a sociedade medieval. A figura papal torna-se onipotente, sendo ele o único a resolver os conflitos da sociedade e tornando-se a única força política efetiva. Outrossim, o papa era o representante supremo da instituição e da defesa do povo contra os bárbaros, assim, a vida na sociedade do clero era regulamentada e cultivada pelo papa, seus poderes são tais como os do Estado e por conta disso a igreja tomou conta de boa parte da Idade Média.

Devido ao fato da Idade Média ser um período longo e complexo, como bem coloca Gilmar Bedin (2013), ela é dividida em quatro momentos: a Primeira Idade Média, a Alta Idade Média, a Idade Média Central e a Baixa Idade Média. A Primeira Idade Média, que também pode ser chamada de Antiguidade Clássica Tardia, vai da queda do Império Romano no século 5º até o século 8º, nesse lapso temporal ocorreu o início da convivência de Roma, Igreja e Germanos.

A Alta Idade Média é o momento de formação da dinastia carolíngia e de uma nova política sob o domínio de Carlos Magno. Também, a igreja conquistou outra parte do território que ainda não estava sob seu domínio, outro ponto desse período é que

ocorreram novas invasões bárbaras. A Idade Média Central abrange do século X ao XIII, sendo que a sociedade feudal se desenvolve nesse tempo. A Baixa Idade Média vai até o final do século XIV, marcada pela crise na sociedade feudal e o início da modernidade, o surgimento do estado laico e da centralização do poder, também, o sistema feudal teve seu fim pela expansão da humanidade, seja econômica, e demográfica, dando espaço para a Idade Moderna.

A Idade Média Central é destaque devido à evolução e importância que o feudalismo detém na história da humanidade. Embora muitos pensadores exaltem o período com aspectos somente negativos, tais como anarquia política, barbarismo e ignorância generalizada, o Bedin (2013) demonstra que o momento foi de estabilidade e maturidade social, sendo um sistema de organização baseado de homem a homem, onde os senhores são subordinados por hierarquia e dependência, usando como mão de obra os camponeses que exploram a terra.

O desenvolvimento das relações de dependência ocorreu com a vassalagem, sendo fruto de práticas bárbaras e resultante do vínculo pessoal de lealdade entre líder e seus colaboradores. Nesse período é possível perceber que alguns fatores contribuíram para as relações de dependência, isto é, as transformações da sociedade, necessidade de proteção, violência, fome, epidemias e invasões de terras. Ainda, a dependência da sociedade é vista como uma característica que ajudou a população daquele período a sobreviver, visto que cada indivíduo precisava do outro e assim foi possível a construção de uma sociedade mais forte e com traços definidos.

Tendo como forma de sobrevivência para o homem, a dependência surgiu da fraqueza das organizações políticas e da inexistência de sociedades urbanas, para estabelecer ordem e dar segurança ao homem. Sendo assim, cada ser humano procurou asilo e abrigo em um protetor que lhes proveesse alimento e garantia de sobrevivência. Resultante desse movimento a estrutura feudal cresceu e se desenvolveu, diferenciando-se das antigas sociedades que eram escravocratas, essa sociedade tinha suas raízes na vassalagem, na dependência dos homens.

A sociedade feudal era organizada com direitos e obrigações, o que a difere da sociedade escravista, o vassalo era obrigado a prestar ajuda militar ao suserano, e assim ganharia um pedaço de terra para sua vivência, também, o suserano devia proteger o vassalo em inúmeras situações de perigo. A fidelidade era muito presente na relação, o vassalo detinha obrigações positivas para com seu senhor, afinal, não bastava somente

viver em omissão, era imprescindível que a equação estivesse positiva, resultando na dependência mútua.

Bedin (2013) demonstra que essas relações eram contratos que se concretizavam com o feudo e que normalmente criava-se uma teia, onde o suserano de alguém era vassalo de outrem e assim sucessivamente. Ademais, o contrato tinha o poder de regular as relações de dependência, tais como parentescos artificiais, sendo consolidado com três atos: a homenagem, onde o vassalo torna-se “homem” de outro e assim iniciando o labor nas dependências do suserano; a fidelidade, que consistia em um juramento feito sob a bíblia ou artefatos santificados selados com beijos entre as partes; e a investidura, que era a entrega de um objeto entre as partes simbolizando o feudo.

Assim, realizando o contrato de forma solene e pública, o vassalo estaria preso ao senhor feudal até a morte, podendo seus filhos renovar o contrato. Nota-se a rigidez do vínculo entre as partes, isso se dava devido ao fato de que o objetivo fundamental dessa relação era a segurança e proteção mútua, no ambiente hostil que era a Idade Média Central, justamente essa busca que ligou os homens em uma sociedade hierarquizada e descentralizada política e geograficamente, como coloca Bedin (2013).

Uma característica marcante da sociedade feudal é o enrijecimento das hierarquias sociais, sendo o feudo dividido em três classes sociais, os que oram, os que combatem e os trabalhadores, cada indivíduo possui uma função predeterminada na sociedade. Cada um dos grupos seguia sua organização e assim o fortalecimento da hierarquia na sociedade feudal foi crescendo. A sociedade era tão organizada e detinha a hierarquia tão bem definida que ocorreu o fenômeno da imobilidade social, ou seja, os sujeitos não mudam de classe por toda a sua vida, não existia a possibilidade de ascensão.

Dessa forma, a sociedade é interpretada como conjunto, porém, sabe-se que o clérigo e o guerreiro pertenciam a mesma classe social, o trabalhador encontrava-se abaixo dessa situação, ele era considerado de baixo escalão, ainda, comparado aos bois, que serviam para outros viverem. Sua condição era a produção para as outras classes, sendo dificilmente seu *status* na sociedade ser modificado, isso comprova que a sociedade feudal era extremamente rígida e que somente vai ser modificada com a Revolução Francesa no século XVIII.

Com base no que foi exposto, a ruralização da sociedade, a dependência do homem para com o homem, a comunicação escassa, enfim, praticamente todas as características da Idade Média, fizeram com que o poder central se fragmentasse, ou

seja, a ordem de organização e comando da sociedade estava concentrada em uma figura, o poder do senhor feudal. Vale esclarecer que a figura do poder imperial restava muito débil, devido ao fato de que o personagem do rei não comandava mais a população porque a relação de fidelidade do feudo era mais resistente do que cumprir as ordens do monarca soberano.

Ademais, a partir das características já demonstradas dessa sociedade tão singular foi possível verificar que devido a fragmentação do poder central ocorre outro fenômeno, a privatização da arte da guerra. Uma vez que não existia um poder supremo que regulava toda a sociedade e a militarização, era preciso criar novas formas de defesa do povo, foi necessário realizar alianças entre suserano e vassalo para criar uma força militar que pudesse ser efetiva na proteção de ambos. Esse fato levou os senhores feudais a se aperfeiçoarem nos combates, sendo obrigação do vassalo treinar para qualquer tipo de conflito.

Também, os senhores feudais atuavam no ramo da militarização, tornando-se guerreiros e considerando qualquer trabalho que fugisse desse ramo degradante para a classe. Sendo o feudo autossuficiente na área militar, a figura de um poder central tornou-se cada vez mais obsoleta, restando ignorada pelos proprietários de terra. Depois de um longo lapso temporal nessa forma de organização, a Idade Média entra em crise, iniciando assim um novo período, a Baixa Idade Média, nesse momento a sociedade feudal sofre mutações em sua forma de organização devido ao caráter de transitoriedade que esse período possui.

A Baixa Idade Média é um momento de transformação na história, estando entre a Idade Média e a Modernidade, a sociedade antes feudal, passa a se transformar e mudar seu modo de vida. Ao longo dos anos a sociedade evoluiu, trazendo consigo elementos do novo mundo, como por exemplo, a expansão agrícola, a vida rural começava a dar espaço para os locais urbanos e a população aumentou significativamente. Com esses avanços a sociedade baseada no feudo teve seus fatores de sucesso levados ao seu mínimo, conseqüentemente, atingindo um outro nível, o mundo moderno.

A sociedade feudal atingiu seu apogeu no que tange seu funcionamento, logo, a crise levou o sistema a colapso, uma vez que um setor era atingido, refletia em todos os outros. Bedin (2013) coloca que a crise se manifestou em uma trilogia de flagelos, sendo a fome, a peste e a guerra os fatores cruciais para os resultados. A crise agrícola advinda da exploração predatória e extensiva dos recursos naturais inviabilizou o

aumento da produção, a Peste Negra dizimou centenas de pessoas ao redor do mundo, piorando a qualidade de vida de uma forma geral, e a guerra dos Cem Anos acarretou o fim do feudo.

Após o período de crise, a sociedade teve de se remodelar, o surgimento do comércio, a mudança na economia sendo ela agora monetária e não mais de subsistência, e a volta dos centros urbanos como meio de vida. Nos séculos XIV e XV a produção aumenta com oficinas urbanas, nasce o sistema bancário, a imprensa, a contabilidade e as redes de transporte, trazendo novas rotas de comércio. A realização de feiras contribuiu muito para o comércio deslanchar, os comerciantes obtinham quiosques para expor suas mercadorias, ainda, o processo de urbanização se torna completo com o comércio, assim, aprimorando o processo, resultou em um modo de produção capitalista e a classe burguesa, característica do novo mundo.

As mudanças ocorridas na Baixa Idade Média originaram um novo tipo de sociedade, não mais ligada a terra, e sim a cidade, chamados de cidadãos, o homem muda seus hábitos e o comércio passa a ser parte fundamental da nova era que esta por vir. Vale ressaltar que as cidades queriam se diferenciar e se proteger da população rural, devido ao fato de que o homem rural era visto com desprezo e inferior, não sendo compatível com a nova ordem. A cidade é um local protegido, possuindo portas que fecham a noite para proteger sua integridade e riquezas.

Outra mudança significativa desse momento foi a Grande Cisma na Igreja Ocidental, visto que as práticas religiosas que antigamente doutrinavam a sociedade feudal hoje em dia não se adaptavam mais ao mundo moderno. Explicasse, a igreja detinha de procedimentos exaustivos que ligava diretamente a vida em sociedade aos cultos religiosos, o homem passou a ser mais prático na Baixa Idade Média, e assim, passou a modificar também suas relações com o divino, percebendo que não era dependente da igreja, o sujeito da Baixa Idade Média iniciou na busca pela independência.

De forma clara a igreja sofria de grandes problemas, suas liturgias e seus ensinamentos entravam em conflito com as transformações do novo mundo. O homem já não concebia mais essa instituição como a mais poderosa da sociedade, e mais, a igreja passava por problemas internos, uma vez que o próprio clero detinha dúvidas sobre seu funcionamento e as doutrinas que proferiam. Bedin (2013) menciona que os poucos indivíduos que continuavam ligados fortemente a igreja eram os mais necessitados, também, para não desfazer-se de suas posses, a igreja vendeu cargos



eclesiásticos na tentativa de acumular lucros, resultando na perda de sua identidade santa.

Nesse período ocorre o fenômeno dos Movimentos Heréticos, onde participantes da igreja começam a duvidar do que é pregado, desviando-se da doutrina, parte do clero passa a promover e participar de movimentos sociais que levavam críticas sobre o funcionamento da instituição. Para finalizar o declínio da igreja, o papel de destaque do papa acaba por perder seu poder em face dos reis, que também defendiam interesses paroquiais, resultando em inúmeros conflitos entre reis e papas, onde os reis sempre faziam sua vontade prevalecer, assim, a figura do papa se torna dispensável naquele momento.

Após essas modificações ocorre o surgimento do Renascimento, momento em que todas as mudanças expostas acima se solidificam, o comércio se consolida, a forma de vivência urbana agora é regra, e o poder do rei ganha espaço. Ainda, há outras mudanças no Renascimento que merecem destaque, a conduta intelectual cresce, até então era pouco difundida nessa época, o homem segue linhas mais humanistas, individualistas, racionalista voltada para a antiguidade clássica. Também, o sujeito passa a perceber que possui talentos, e aprimora-os, valorizando o desenvolvimento humano e reconhecendo os grandes feitos da humanidade sem a interferência dos deuses.

O caráter racionalista do período renascentista deixou a teologia de lado, a razão agora era considerada parte da vida moderna, enquanto que a vida dedicada a seguir os deuses era esquecida. Com tais mudanças, não é surpresa que o estudo, a educação e a cultura tenham tomado força, principalmente observando a antiga literatura greco-romana. O homem deveria se tornar culto para ser feliz, as informações não deviam passar pela igreja, e sim ser buscadas na leitura dos clássicos em seu sentido original.

O homem agora é o centro da sociedade, ele pode evoluir por seus próprios méritos, a partir desses dogmas do mundo atual a igreja é deixada de lado, uma vez que o indivíduo compreende que ele pode alcançar a plenitude ainda em vida, e não deve se preocupar com o que vai acontecer no pós morte. Dedicando-se apenas ao desenvolvimento de seus talentos, esse fator leva a sociedade a outro patamar de evolução, visto que o sujeito se sente capaz e atua em diferentes óticas para seu florescimento. O que não quer dizer que a igreja e a figura divina são esquecidas e não tem mais valor, ao contrário, a sociedade trata esses elementos como parte da vida privada, mas em verdade o número de seguidores fervorosos diminui.

Em virtude do novo papel do indivíduo na vida em sociedade, nasce a Reforma Protestante, momento em que a igreja necessitava achar seu lugar novamente na sociedade, separando ela em católicos e evangélicos. Ainda, a Reforma Protestante produziu outros movimentos, como a Contrarreforma Católica, representada pela Companhia de Jesus. Eram feitas inúmeras críticas a igreja, uma vez que sua riqueza e muitos dos seus ensinamentos iam contra a realidade da religião, ademais, a salvação dependia do comparecimento ao estabelecimento do culto, indo contra a liberdade individual.

É nesse momento que surge Martin Lutero e Jean Calvino, usando da ferramenta da imprensa para passar seus ensinamentos sobre a prática da religião e ganhando muitos adeptos, seus seguidores de maior relevância eram os camponeses. Sendo contra a opressão realizada pela igreja, os moradores urbanos não desejavam entregar suas riquezas para a igreja e para Roma, sede do papado, também, o poder dos monarcas agora abarcada as terras da igreja, sendo possível confiscá-las. O apoio dos camponeses foi fundamental para a reforma dar certo, o uso de uma rede de proteção para os líderes da Reforma Protestante foi ponto crucial para difundir as ideias do período. Assim, a igreja perde sua autoridade para os assuntos temporais e os Estados detinham o poder de punir o mal.

As consequências da Reforma Protestante são a perda do poder da igreja e do papa e o fortalecimento do poder secular. A reforma levou o homem ao mundo moderno, aos dias atuais. Mesmo perdendo seu poder em parte do mundo, a igreja ainda possuía muitos seguidores na parte latina do globo, foi possível assim a elaboração da Contrarreforma do Protestantismo, com ajuda da Companhia de Jesus, as cerimônias modificadas, o prometimento do perdão sacerdotal e fundando escolas foi que a igreja conseguiu reverter seu quadro de declínio e trazer acréscimo intelectual para a modernidade.

Os líderes dessa reforma apoiavam muitos elementos que Lutero denunciava, porem era necessário apoiar tais elementos visto que mantinham a autoridade espiritual do clero. A igreja adotou uma posição agressiva aos protestantes, onde a censura e o Tribunal da Inquisição ajudavam a manter os princípios uma vez esquecidos. Não só negativamente a igreja evoluiu, como positivamente, onde a corrupção devia ser exterminada e propagou a fé. Assim, a igreja pôde recuperar parte da autoridade perdida, e passou a conviver com outros tipos de poderes, evoluindo para a modernidade junto com o Estado, aliando-se aos reis católicos.

O estado Moderno surge, mas não sem mudanças, pode-se perceber que o Estado cria seu monopólio para recolher tributos, a criação da justiça foi de extrema relevância para a modernidade. Ainda, a violência legítima que emanava do estado, a luta contra a mistura de identidades de igreja e estado, e a delimitação territorial da modernidade são fatores que dão forma a esse novo período. A igreja continua a medir forças com o Estado, mas este ganha força e passa cada vez mais a incorporar sua definição que é ser uma unidade política autônoma que detém a contribuição dos súditos.

O Estado evoluiu a partir de dois movimentos, a centralização, no sentido de fixar-se em um local, em uma parte do reino onde todo o povo tenha acesso e deva cumprir as leis do Estado. Já a concentração abrange a fusão de poderes, onde o monarca não devia prestações ao papa e ao Imperador. A criação dessa organização política é dotada de soberania e com isso o Estado moderno passa a ter todas as características necessárias para a evolução da sociedade como nos dias atuais.

## **PERSPECTIVA TEÓRICA**

Para entender como o Estado chegou ao estágio em que se encontra hoje, é preciso analisar como as sociedades se construíram ao longo da história. Zeifert (2004) explora a ideia de polis trazida por Aristóteles, Platão, Coulanges, entre outros filósofos, onde Aristóteles define que os gregos passaram por três estágios evolutivos: a família, a aldeia e a polis. A família surgiu de maneira natural, é formada pelo homem e pela mulher que vivem em situação conjugal, ou também pelo senhor e seu escravo. A aldeia é constituída por todos que vivem naquela localidade, engloba a todas as famílias e os indivíduos devem obedecer ao Rei, a aldeia é tida como uma família de forma ampliada, o rei da aldeia exerce poderes sob os que se encontram nela.

Já a polis é a conjunção de várias aldeias, é o Estado em sua forma mais completa. A polis nasceu a partir da necessidade dos sujeitos de viverem em conjunto e evoluiu com a ideia de bem estar coletivo. A evolução da humanidade em bandos, e após em polis, é explicada a partir do fato de que o homem precisa da coletividade para se desenvolver, e quando encontra a polis atinge seu grau máximo de desenvolvimento. Uma vez que os Estados estavam em formação, inicialmente as famílias que viviam na polis detinham de certa autonomia em seus negócios e na religião. Suas escolhas eram

respeitadas e o Estado ainda não intervinha na vida privada, fato esse que ocorrerá em outros tempos.

A partir da não intervenção, o direito privado feito pelo próprio povo e em partes pelo Rei durou nas cidades até o início de outros governos, sendo assim, difícil datar o aparecimento da polis. Aristóteles e Coulanges atribuem a formação das cidades a facilidade geográfica que a Grécia proporcionava aos que lá cercavam. Glotz (1980) não acha certo afirmar que o destino do homem foi traçado somente pela geografia, e assim demonstra fatores importantes que facilitaram o aparecimento da polis, como por exemplo o sentimento da comunidade de origem, isso é, pertencer a uma localidade, ter uma etnia e sobretudo religião, ademais a polis grega localizava-se perto de um outeiro que poderia servir de refugio caso fosse necessário.

Ainda que a naturalidade do homem e a região favorável ao aparecimento da polis sejam pontos importantes para democracia, não é possível destacar que somente estes tiveram influência em seu surgimento. Glotz (1980) revela que os primeiros gregos chegados à Grécia eram pastores seminômades, e já constituíram um Estado, visto que pertenciam ao clã patriarcal. Ainda, a agricultura e o comércio facilitaram a agregação de indivíduos em estado. A partir desses fundamentos, ocasionou-se o surgimento da polis, dando abrigo até mesmo ao homem rural.

Todos que se encontravam na polis eram governados por um que dava as ordens (o Rei), mas que só eram executadas se os chefes das tribos acatassem a decisão. Vale ressaltar que cada cidade possuía sua identidade, por tal razão não era possível outro tipo de organização social. Nesse momento o papel do homem se modifica, não era mais independente, seu corpo e sua fortuna eram do estado. A cidade detinha tanto poder que se baseava em uma igreja, e a vida privada não significava nada, uma vez que o homem não era indiferente aos interesses do Estado. O cidadão nada mais era de que fantoche da cidade, que determinava qual religião seguir e como agir para o bom funcionamento da polis.

Para Hanna Arendt (1998) os homens viviam em família por consequência de suas necessidades, uma vez que a vida depende da convivência com outros para sua manutenção. Em âmbito familiar, o chefe de família que determinava tudo, ou seja, não existia liberdade, devido ao fato de que todas as ações eram para a satisfação do grupo. Assim, a família era cercada de desigualdades, o conceito de ser livre utilizava-se de não precisar de ninguém, não se sujeitar ao comando de outrem e nem comandar. Na visão de Arendt (1998), a polis era local de liberdade, indo contra o pensamento de

Glutz (1980) e Coulanges (1996), quem podia deixar o lar familiar e ir seguir a vida na política era livre.

Nesse sentido, Bedin (2013) explana sobre alguns autores que analisaram a fundo esse tema histórico e realizaram suas obras a partir da democracia. Nicolau Maquiavel é o primeiro deles, considerado o pensador que trouxe as características do mundo novo para a democracia, viveu no Renascimento e expôs suas reflexões de que não existe uma teoria natural para a evolução do homem no poder, tampouco a teologia faz sentido no Estado. Era mais do que necessário superar a fragmentação do poder soberano, aos poucos esse poder adquiriu natureza de monopólio, onde o Estado mandava e legislava, abandonando a visão de que a condição política do ser humano é natural ou que está nas mãos de Deus, como foi exposto acima. Assim, o sujeito que vive na sociedade passa a perceber que sua existência levou a condição de poder, corroborando assim, Maquiavel não trás em sua obra a origem do Estado ou do poder.

Maquiavel desenvolve suas teorias a partir dos indivíduos de destaque no momento que detinham poder, e analisa seus métodos de conquista. Esse personagem, além de ser integrante no momento do acontecimento renascentista, também é elemento constitutivo desse. Vivia em uma localidade onde existiam muitas guerras, mas também onde se difundia pensamentos filosóficos e racionais, o que contribuiu para suas explanações. Maquiavel era participante e atuante na política da Itália, suas obras tratavam de ajudar o príncipe no comando do império. Realizando muitas missões em nome da política, o pensador conheceu grandes figuras, que ajudaram a formar seu pensamento.

No ano de 1505 elaborou um plano para a milícia nacional substituir tropas mercenárias, fato esse que demonstra sua influência na política, ainda que muitas vezes sem grandes resultados. Seu trabalho baseia-se na construção da reflexão política moderna, a obra maquiavélica releva muitos ditames que cercam a política, mas mais do que isso, que nem sempre ser certo é ser bom, às vezes o “príncipe” tem de ser mau para que se mantenha no poder contando com a ordem. Sua obra reflete que em situações de emergência, para proteger o Estado e o povo, não se deve pensar em justiça, ou injustiça, certo ou errado, somente agir para alcançar o resultado desejado, é nesse momento em que os fins justificam os meios.

Gilmar Bedin (2013) retrata de forma gloriosa o pensamento de Maquiavel, onde tudo possui dois lados, quem se preocupa com o que deveria fazer em vez do que faz, chegara à ruína própria em vez de achar um meio de salvação. Ainda, se o homem é

bom sempre, é certo que ira se perder entre tantos os outros homens maus. A partir desses pensamentos, percebesse que a política e a moral são coisas diferentes no pensamento de Nicolau, e que as vezes é necessário agir de forma contrária do que se acha certo para se ter sucesso. Portanto, é possível concluir com Maquiavel que existe somente importância no Estado e no poder, a supremacia da política no Estado Moderno é nítida, e que a moral é moldada de acordo com as necessidades do todo. Para o pensador é criada uma nova moral, a moral da política e dos homens, que não será julgada pelo divino, grande criação da Modernidade.

O próximo pensador de destaque é Jean Bodin, jurista e influenciado pelo movimento Renascentista e humanista, escreveu várias obras, sendo a mais importante delas “Os Seis Livros da República”. No primeiro livro Bodin conceitua a república, sendo um governo de várias famílias e o que é comum entre elas, ainda, diferencia a república dos outros tipos de poder e outras definições, como por exemplo cidadão e estrangeiro, etc, também, sua maior contribuição para a modernidade e para os dias de hoje é o conceito de soberania. Em seu segundo livro, Bodin analisa as classes da república, no terceiro livro é possível encontrar as instituições que encontram-se dentro do Estado, enfim, Bodin almejava criar um manual da política, por isso insistiu em detalhar tudo que conhecia e todo o funcionamento do Estado.

Seus livros demonstram o poder centralizado da França, sua região local, sua obra é escrita em um momento de crise na França, visto que a Reforma Protestante estava acontecendo e havia um buraco na monarquia, Bodin relata em seus livros a importância da soberania e vai além, colocando o monarca em posição de extrema importância. Para Bodin soberania é poder, um poder tão absoluto que é o mais importante em uma república, para ele, a soberania não é limitada, é perpétua.

Além dessa definição, existem inúmeros direitos relacionados à soberania e seu titular, ou seja, somente quem está no poder pode exercê-los, como por exemplo, declarar a guerra ou a paz, direito de ditar as leis a todos e aos particulares, instituir a moeda, etc. Soberania é comando e obediência, é preciso dela para unir a república. Outro filósofo trabalhado por Bedin (2013) é Thomas Hobbes que foi um teórico do Estado moderno, um contratualista, símbolo do absolutismo e criador de um novo tipo de sociedade e autor do Leviatã. Hobbes elaborou uma teoria sobre o Estado, sempre exaltando o soberano, onde a convivência humana somente seria segura se obedecermos a lei e ao soberano. As contribuições de Hobbes foram elaboradas em um momento em

que a Inglaterra passava por uma situação frágil, para o pensador era necessário juntar o povo, uma vez que o elo fosse quebrado não seria simples uni-los novamente.

Os ideais defendidos por Thomas não eram a favor da liberdade, mas sim, contra o anarquismo, ele protegia a unidade do Estado, uma vez que deve-se evitar a generalização dos conflitos porque esse é o motivo do fim dos Estados. Também é possível encontrar sobre a soberania na obra de Hobbes, para ele o Estado moderno é soberano, centralizado e absoluto, e assim, a partir dessas características o poder político encontra-se acima de qualquer outro, essa supremacia absoluta se chama de soberania.

Hobbes acredita que o homem não vive naturalmente em sociedade, sua natureza é ser sozinho, a civilidade é uma criação da humanidade, e é o poder político que regula o homem para viver em sociedade, sem ele o homem estaria livre para agir como bem entendesse. Ademais, resta demonstrado o quão é inseguro o estado de natureza, porque nele os homens são inimigos, visto que não há quem regule como se pode agir, no estado natural os homens são juízes de sua própria razão, como coloca o Bedin (2013), o conceito de moral existe somente na vida em sociedade, devido ao fato de que quando o indivíduo está sozinho não tem que seguir normas.

O autor menciona que no Leviatã de Hobbes o estado de natureza se configura em três momentos: nas sociedades primitivas; no caso de guerra civil; e na sociedade internacional, onde o poder é regulado de forma geral. É mais do que possível sair da barbárie, é necessário, e somente pode ocorrer a partir de um pacto, um contrato entre os indivíduos de uma sociedade. Esse contrato é um instrumento artificial, criando uma realidade que não é natural para a construção do Estado, ou seja, nascimento do Leviatã.

A possibilidade de esse pacto ser criado é a inovação que Thomas Hobbes propõe, visto que desde Aristóteles a polis era criada naturalmente. Nesse novo cenário, o homem vive muitos dilemas, tendo que escolher entre ser livre na natureza e obedecer as regras em sociedade, tendo em mente que é preciso acatar as ordens advindas do soberano, indivíduo que em uma situação de escalonamento é encontrado abaixo de Deus no conceito de Hobbes.

Claude Lefort (1991) em sua fala no texto Pensando o Político menciona Tocqueville, onde a democracia é considerada um tipo de sociedade, e a sociedade é onde a democracia nasce, portanto, existe uma relação de dependência das duas que se complementam. Tocqueville leciona que a nascente da democracia foi há muito tempo,

foi uma construção de vários períodos até os dias atuais, que utilizou de muitas concepções que foram evoluídas até a chegada da modernidade.

O pensador estuda a democracia em seus diferentes âmbitos de atuação, buscando a igualdade social, ainda que essa não aconteça frequentemente. Sabe-se que o estado democrático ora é individual ora cuida da força coletiva, a democracia ajudou a acabar com as formas de governo de alguns, isto é, Estados que apenas eram governados para seus governantes. Ainda, Tocqueville analisa a democracia de forma ambígua, observando todos os seus pontos de forma ingênua, uma vez que falta-lhe experiência de novo mundo para atribuir resultados corretos a sua análise.

Lefort (1991) demonstra que o pensador estuda dois pontos da democracia, a liberdade e a igualdade, por vezes pode-se perceber ambos no decurso do período democrático, em outros momentos, percebe-se uma igualdade e liberdade velada, somente para que os indivíduos da sociedade continuem a interagir nesse âmbito sem que tenham seus direitos por completo. Ainda, é necessário verificar outros pontos que precisam ser prosperados pela democracia, seja a luta por direitos que constam na lei, a opinião, acesso a informações e a estudos, etc.

Enquanto a democracia esta em curso é impossível obter conceitos estagnados. A democracia é de constante evolução, e se os elementos que Tocqueville discorre tal qual a igualdade e a liberdade, não estiverem presentes quase que constantemente, estamos lidando com o surgimento do totalitarismo. Ainda, é de total relevância sempre remeter as características da democracia nos tempos passados, uma vez que a democracia tem suas origens na Idade Média e pode-se aprender com a análise desse período onde e como surgiram elementos que hoje em dia são essenciais para que esse instituto funcione.

Vale ressaltar que Lefort (1991) também menciona elementos importantes que foram destacados por Bedin (2013), tais como, a figura do monarca e o papel que ele desempenhava na sociedade medieval, sendo um meio entre o povo e Deus. A democracia regula o poder, uma vez que de tempos em tempos ela pode ser modificada e que, quem está no comando não é totalmente soberano, por vezes o povo detém força para modificar o cenário atual. Ademais, é importante a desvinculação de quem esta no poder da divindade. A democracia deve ser puramente social, não relacionada ao divino, o povo e o Estado devem ser racionais, e o que torna a democracia de extrema relevância é o sufrágio universal.



Importante ressaltar que a democracia se institui de conceitos e temáticas que nunca se estancam, sempre estão em movimento, modificando o sistema democrático como um todo de tempos em tempos. Sendo assim, a Idade Média contribuiu em boa parte na democracia e acima de tudo, na modernidade, as formas como a sociedade se organizava mudaram por diversas vezes até a chegada dos dias atuais. De certa forma, é possível afirmar que a Idade Média foi um período imprescindível para a nascente do Estado atual, e que foi a partir da evolução e do papel desempenhado por todos que detinham poder que a sociedade construiu suas formas de governar e organizar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de tudo que foi exposto, percebe-se que toda a evolução da humanidade é uma linha reta, ainda que os caracteres principais da sociedade e sua forma de governo tenham mudado muito até os dias de hoje, existem resquícios de elementos que foram trazidos até o presente. Tais resquícios formaram o que somos hoje e como observamos o mundo, a democracia é resultado de uma constante mudança de Estados e governanças. Somente experimentando das mais variadas formas de reger a sociedade é que chegamos à Modernidade e no paradigma de Estado utilizado hoje.

Não só a Idade Média foi importante para mudar a concepção humana no mundo, como também a influência de pensadores que trouxeram conceitos de soberania, governo, democracia e sociedade foi de extrema relevância para o avanço da forma de gerir o Estado. A própria figura do homem foi modificada de modo que ele percebesse sua importância no universo, seu pensamento é lapidado para que não mais seja operário da igreja ou de outras instituições, mas que ele seja um ser por si só, pensante e detentor de seu querer.

Ademais, a maneira como as trocas entre sujeitos se dava evoluiu de forma que o comércio medieval e a permuta foram alterados e ampliados para florescer nos dias atuais como conhecemos. Além das inúmeras evoluções que o passado trás para a humanidade, o estudo desse período resta importante devido ao fato que o passado também pode ser encontrado no presente, a forma como somos hoje em dia, acertos e erros em grande escala nos trouxeram até aqui.

Sendo assim, o estudo do passado como um todo, não somente da Idade Média, nos permitiu mais do que a evolução, proporcionou o saber ao ser humano. Somente com esse estudo sabe-se o que pode acarretar em sucesso e fracasso no que tange a

humanidade, ou seja, o passado também é presente, uma vez que o ser humano evolui, só foi possível através do conhecimento adquirido por experiências passadas.

## REFERENCIAS

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Editora Schwarcz, São Paulo, SP. 3ª Edição. 1998.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno**. Editora Unijuí, Ijuí/rs. 2ª Edição. 2013.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. **A Cidade Antiga**. 1996. E-book, Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Fustel%20de%20Coulanges-1.pdf> acessado em 20/06/2016.

GLOTZ, Gustave. **A Cidade Grega**. Editora Diefel, São Paulo. 1980.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político**. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade. Editora Terra e Paz, Rio de Janeiro. 1991.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 1984.

ZEIFERT, Luiz Paulo. **Exclusão Social na Grécia Clássica e a Postura dos Sofistas**. Editora Unijuí, Ijuí, Rio Grande do Sul. 2004.